

Deliberações da Reunião de Câmara de 20 de outubro de 2021

Regimento da Câmara Municipal de Seia

Aprovado o Regimento da Câmara Municipal de Seia para o quadriénio 2021 – 2025.

Periodicidade das Reuniões de Câmara

Aprovada a Proposta n.º 124/2021 que determina que as reuniões de câmara se realizem quinzenalmente, às sextas feiras, pelas 9h30.

Delegação de Competências

Aprovada a Proposta n.º 125/2021 referente à delegação de competências no Presidente da Câmara, designadamente as materiais previstas nas alíneas d), f), g), h), l), q), r), t), v), w), x), y), bb), cc), dd), ee), ff), gg), ii), jj), kk), ll), mm),nn), pp), qq), rr), ss), tt), uu), ww), xx), yy), zz), bbb) do nº1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as competências de funcionamento previstas nas alíneas b) e c) do artigo 39º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;

todas as competências da Câmara Municipal, passíveis de delegação, que se encontrem nas seguintes Leis ou Decretos-Lei e respetivas alterações vigentes, bem como nos regulamentos Municipais que as regulamentem:

- DL 38.382 de 8 de agosto de 1951: **Regulamento Geral das Edificações Urbanas;**
- Lei 2110/61 de 9 de agosto: **Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais;**
- DL 460/77, de 7 de novembro: **Estatuto das coletividades de utilidade pública;**
- DL 433/82, de 27 de outubro: **Regime Geral das Contraordenações;**
- DL 299/84, de 5 de setembro: **Regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares;**
- Lei 97/88, de 17 de agosto: **Afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda;**
- DL 139/89, de 28 de abril: **Altera o Decreto-Lei n.º 357/75, de 8 de julho, relativo à proteção ao relevo natural, solo arável e revestimento vegetal;**
- DL 330/90 de 23 de outubro: **Código da Publicidade;**
- DL 65/97, de 31 de março: **Regula a instalação e o funcionamento dos recintos com diversões aquáticas;**
- DL 251/98, de 11 de agosto: **Regulamenta o acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi;**
- DL 197/99, de 8 de junho: **regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços;**
- DL 433/99, de 26 de novembro: **Código de Procedimento e de Processo Tributário;**
- DL 555/99, de 16 de dezembro: **Regime Jurídico de Urbanização e Edificação;**

- DL 260/2002, de 23 de novembro: **Transfere para as câmaras municipais o licenciamento de áreas de serviço que se pretende instalar na rede viária municipal;**
- DL 261/2002, de 23 de novembro: **Confere às câmaras municipais competência para emitir parecer sobre a localização de áreas de serviço nas redes viárias regional e nacional e prevê a audição dos municípios na definição da rede rodoviária nacional e regional e utilização da via pública;**
- DL 264/2002, de 25 de novembro: **Transfere para as câmaras municipais competências dos governos civis;**
- DL 267/2002, de 26 de novembro: **Estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis;**
- DL 320/2002, de 28 de dezembro: **regime de manutenção e inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, após a sua entrada em serviço, bem como as condições de acesso às atividades de manutenção e de inspeção;**
- DL 310/2002, de 18 de dezembro: **Regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras municipais de atividades diversas anteriormente cometidas aos governos civis;**
- DL 11/2003, de 18 de janeiro: **Regula a autorização municipal inerente à instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios;**
- DL 314/2003, de 17 de dezembro: **Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ) e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva;**
- DL 5/2004, de 10 de agosto: **Lei das Comunicações Eletrónicas;**
- Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março: **Regulamenta a utilização das vias públicas para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal;**
- DL 81/2006, de 20 de abril: **regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento;**
- DL 124/2006, de 28 de junho: **Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, com exceção no n.º 6, do artigo 16 do referido DL;**
- DL 156/2006, de 8 de agosto: **Aprova o regime de determinação e verificação do coeficiente de conservação;**
- DL 159/2006, de 8 de agosto: **Aprova a definição do conceito fiscal de prédio devoluto;**
- Lei 37/2006, de 9 de agosto: **Regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional;**
- DL 9/2007, de 17 de janeiro: **Regulamento Geral do Ruído;**
- DL 307/2007, de 31 de agosto: **regime jurídico das farmácias de oficina;**
- DL 18/2008, de 29 de janeiro: **Código dos Contratos Públicos;**
- DL 39/2008, de 7 de março: **regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos;**

- DL 46/2008, de 12 de março: **regime da gestão de resíduos de construção e demolição;**
- DL 220/2008, de 12 de novembro: **regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios;**
- Lei 8/2009, de 18 de fevereiro: **regime jurídico dos conselhos municipais de juventude;**
- DL 72/2009, de 31 de março: **regime jurídico de instalação e exploração das áreas de localização empresarial;**
- DL 135/2009, de 3 de junho: **regime de identificação, gestão, monitorização e classificação da qualidade das águas balneares e de prestação de informação ao público sobre as mesmas;**
- DL 141/2009, de 16 de junho: **regime jurídico das instalações desportivas de uso público;**
- DL 209/2009, de 3 de setembro: **Adapta a lei n.º 12-A/2008;**
- DL 268/2009, de 29 de setembro: **regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados;**
- DL 48/2011, de 1 de abril: **Acesso e Exercício no Licenciamento Zero;**
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro: **Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso das Entidades Públicas;**
- DL 169/2012, de 1 de agosto: **Sistema da Indústria Responsável;**
- DL 96/2013, de 19 de julho: **regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização, com recurso a espécies florestais;**
- DL 61/2013, de 23 de agosto: **regime aplicável aos grafitos, afixações, picotagem e outras formas de alteração, ainda que temporária, das características originais de superfícies exteriores de edifícios, pavimentos, passeios, muros e outras infraestruturas;**
- Lei 73/2013, de 3 de setembro: **regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;**
- DL 23/2014, de 14 de fevereiro: **Funcionamento dos Espetáculos de Natureza Artística – Instalação e Fiscalização;**
- DL 35/2014, de 20 de junho (exceto em matéria disciplinar): **Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;**
- DL 128/2014, de 29 de agosto: **regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local;**
- DL 166/2014, de 6 de novembro: **regime jurídico do Programa de Estágios Profissionais na Administração Local;**
- DL 10/2015, de 16 de janeiro: **Regime de acesso às atividades económicas do comércio, serviços e restauração;**
- DL 105/2015, de 25 de agosto: **Regime jurídico da atividade de guarda-noturno;**
- DL 203/2015, de 17 de setembro: **estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto;**
- Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto: **Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais** e diplomas sectoriais que concretizam a transferência de competências em diversas áreas, nomeadamente: DL 98/2018 de 27 de novembro; DL 97/2018, de 27 de novembro; - DL 107/2018 de 29 de novembro; DL

106/2018 de 29 de novembro; DL 103/2018 de 29 de novembro; DL 101/2018 de 29 de novembro; DL 105/2018 de 29 de novembro; DL 12/2019 de 21 de janeiro; DL 20/2019 de 30 de janeiro; DL 21/2019 de 30 de janeiro; DL 22/2019 de 30 de janeiro; DL 23/2019 de 30 de janeiro; DL 32/2019 de 4 de março; DL 44/2019 de 1 de Abril; DL 116/2019 de 21 de agosto; DL 55/2020 de 12 de agosto.

4 - **Delegar no Presidente da Câmara**, expressamente, as competências, que podem ser delegadas, dos diversos Regulamentos Municipais vigentes no Município.

5 - **Autorizar** que as competências objeto da presente proposta possam ser subdelegadas nos vereadores a tempo inteiro, nos termos e limites do nº 2 do artigo 36º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, e nos dirigentes das unidades orgânicas materialmente competentes, desde que previstas no artigo 38º do regime jurídico aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro e dos respetivos termos.

Nomeação/Integração de Vereador a Tempo Inteiro

Aprovada a Proposta n.º 126/2021 relativa à nomeação/integração do Vereador Mário José Azevedo da Silva em regime de tempo inteiro e em regime de exclusividade, com efeitos a partir de 20 de outubro de 2021, de acordo com o artº 58º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada pelas leis 5-A/2002, de 11 de janeiro e 75/2013 de 12 de setembro.

Distribuição de Pelouros

Aprovada a Proposta n.º 127/2021 relativa à distribuição de pelouros aos senhores vereadores, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 58º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente:

Vereadora – Célia Maria Pereira Barbosa

Vice-Presidência; Recursos Humanos; Educação e Cultura; Desporto e Juventude; Assuntos Sociais e Cidadania; Urbanismo e Regeneração Urbana; Habitação; Saúde e Qualidade de Vida.

Vereador – Cláudio Martins Pereira Figueiredo

Administração Geral; Modernização Administrativa; Finanças; Património e Aprovisionamento; Atividades Económicas e Empreendedorismo; Turismo; Taxas e Licenças; Mercados e Feiras; e Contraordenações.

Vereador – Mário José Azevedo da Silva

Infraestruturas Municipais; Ambiente e Sustentabilidade; Energia; Espaços Verdes; Cemitérios; Obras Municipais; Mobilidade; Fiscalização Municipal; e Bem-Estar Animal.

A cargo do **Presidente da Câmara** ficará a Coordenação Geral; Planeamento Estratégico e Ordenamento do Território; Desenvolvimento Económico; Empresas e Inovação; Fundos Comunitários; Segurança e Proteção Civil; Desenvolvimento Rural; Participação Externa, Geminações e Diáspora; Apoio aos Órgãos Autárquicos; e Apoio às Freguesias.

Deliberação de Pagamentos

Aprovada a Proposta n.º 128/2021 relativa à deliberação de pagamentos, para uma melhor e mais eficiente organização dos serviços, passando os pagamentos a seguir mencionados a ter a aprovação de 20 de outubro de 2021:

- _ Salários, subsídios e outros abonos a que tenha direito todo o pessoal ao serviço do Município, incluindo Aposentados;
- _ Percentagens e outras reduções que incidam sobre as Contribuições e Impostos cobrados pela Autoridade Tributária a Aduaneira;
- _ Seguros;
- _ Despesas com transportes e comunicações;
- _ Energia elétrica, gás e lenha;
- _ Despesas mensais, resultantes de Ajustes Diretos/Consultas Prévias;
- _ Assinaturas e publicações de Avisos, Editais e Anúncios em Diários da República e outras Publicações;
- _ Encargos de Empréstimos;
- _ Contratos de *Leasing* e *Factoring*;
- _ Encargos com cobranças de Receitas;
- _ Despesas bancárias;
- _ Encargos com Contencioso e Notariado;
- _ Rendas de imóveis;
- _ Operações de Tesouraria;
- _ Encargos assistenciais, contratos de Avença, Senhas de Presença e Ajudas de Custo, bem como outras Despesas de Alimentação e Alojamento aos Senhores Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia Municipal e Membros do Gabinete de Apoio à Presidência.

Licenciamentos de Obras Particulares

Francisco José Amaral Mendes – Seia (reconstrução e ampliação de edifício)

Quintas de Seia, Lda. - Seia (construção de edifício)

Fábrica da Igreja de Paranhos da Beira – Paranhos da Beira (legalização de casa mortuária)

Quinta do Espinho – Sociedade de Agricultura Biológica – Alvoco da Serra (remodelação e ampliação de pavilhão)

José Carlos Dias Marques – Chaveiral (construção de arrumos)

José Albano A. Figueiredo, Lda. - Paranhos da Beira (alteração e ampliação de edifício)

José Albano Figueiredo Almeida – Tourais (alteração de moradia)

António Alexandre Saraiva Ramos – Seia (alteração de fachada de edifício)

Sandra Maria Correia dos Santos Neves – Arrifana (alteração de edifício)

Sebastião Marques de Almeida – Santa Marinha (alteração de uso)

Administração do Edifício D. Pedro – Seia (pedido de ocupação da via pública)

Francisco Cruz Patrão – Sabugueiro (pedido de autorização de utilização)

José Luís Martins Ferreira Alves – Pereiro (reconstrução de edifício)

Vitor Manuel Abrantes Delgado – Girabolhos (construção de moradia e muros)

Carla Sofia Fonseca Figueiredo Ferreira – Santa Comba (ateração de edifício)

Maria da Encarnação Fernandes Miranda Cardoso – Lapa dos Dinheiros (pedido de ocupação da via pública)

Rui Paulo Veloso Costa Silva - Seia (pedido de ocupação da via pública)

Abertura de Procedimento

A Câmara tomou conhecimento da informação de abertura de procedimento referente à empreitada de "Requalificação de Arruamentos em Seia: Av. Dr.^a Ester Barata e Rua Dr. António Melo de Sena Mota Veiga", pelo preço base de 120 335,00€.

A Câmara tomou conhecimento da informação de abertura de procedimento referente ao fornecimento e instalação de duas caldeiras de condensação a gás, no Centro Escolar de Seia, pelo preço base de 51 000,00€.

Relatório Final

A Câmara tomou conhecimento do relatório final do sistema de captação e processamento de imagem para videoconferência – Salão Nobre, adjudicando-o à empresa ISM-TECH Lda., pelo valor de 6 840,00€.

A Câmara tomou conhecimento relatório final do concurso de fornecimento continuado de material para infraestruturas municipais de água – 2021, adjudicando-o à empresa Maguir – Eletrodomésticos e Materiais de Construção Lda., até um valor de 100 000,00€.

A Câmara tomou conhecimento do relatório final da aquisição de serviços de desratização e desbaratização de edifícios municipais e coletores de águas residuais, adjudicando-o à empresa Anticimex Portugal, Lda., pelo valor de 15 050,00€.